



## **Caracterização dos Sistemas de Produção em Assentamentos Rurais do Território Sul Sergipano**

**Eliane Dalmora<sup>1</sup>, Cristina dos Santos Esteves<sup>2</sup>, Dayanara Mendonça Santos<sup>3</sup>, José Bruno Oliveira Silva<sup>4</sup>, Marisa Borin da Cunha<sup>5</sup>**

<sup>1</sup> Professora do Instituto Federal de Sergipe - Doutora em Ciências Humanas. e-mail: edalmora@ig.com.br

<sup>2,3,4</sup> Acadêmicos do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia - Bolsistas de PIBIC/IFS e CNPq/MDA. e-mail: josbruno06@hotmail.com

<sup>5</sup> Professora do Instituto Federal de Sergipe - Doutora em Ciências Humanas. e-mail: marisa.borin.cunha@gmail.com

### **Resumo:**

Os assentamentos rurais enfrentam desafios para efetivarem os ideais dos movimentos sociais. A consolidação da condição do agricultor familiar assentado depende da definição de projetos produtivos que considerem as diferentes condições quanto à dedicação ao trabalho dos membros da família, a organização frente ao mercado e os subsídios para os investimentos iniciais. O objetivo deste trabalho foi de tipificar os sistemas de produção para compreender as diferenciações sociais dos assentados, suas estratégias produtivas e os limites para sua afirmação produtiva, como forma de subsídio para as ações de extensão participativa. Foram aplicados 231 questionários reuniões de consulta do projeto, devolução de dados e problematização da realidade. Paralelamente foram realizadas visitas nos estabelecimentos para identificar os critérios de diferenciação: a procedência da renda a unidade de trabalho homem e a alternatividade consumo e mercado. Os tipos de sistemas de produção foram definidos em: aposentadoria/autoconsumo, aposentadoria/alternatividade, autoconsumo/benefícios sociais e autônomos. Muitas das famílias dos agricultores assentados ainda não possuem rendas agrícolas significativas, dependem dos benefícios sociais e das aposentadorias para se manter nos assentamentos ou realizam trabalhos fora do estabelecimento. As culturas agrícolas que estão mais presentes na formação de renda agrícola é o coco, laranja, maracujá, mandioca, macaxeira, amendoim e, mais recentemente, as hortaliças. A base de produção alimentar é restrita aos itens que fazem parte da cultura alimentar regional. As dificuldades de investimento comprometem a continuidade dos projetos de produção, a geração de novas bases ecológicas de produção visando estabilizar os sistemas para viabilizar as propostas de inclusão dos agricultores familiares com alimentação saudável.

**Palavras-chave:** assentamentos rurais, autonomia, sistemas de produção

### **1. INTRODUÇÃO**

O estado de Sergipe apresenta amplos programas de assentamentos rurais. Porém ainda é preciso constituir parcerias para implementar a autonomia alimentar da agricultura familiar, incluindo políticas de incentivo aos jovens que traduzam o próprio significado da conquista pelo acesso a terra. Sabe-se que esta conquista não se esgota no acesso, os desafios se prolongam quando, ano a ano, o assentado tem que planejar e organizar seu trabalho nesta terra, dali obtendo os recursos de sobrevivência digna.

Ademais, no contexto da autossuficiência da agricultura familiar é urgente gerar estratégias que visem superar as dificuldades de reprodução frente aos crescentes investimentos de capital. Com os avanços tecnológicos, os agricultores foram perdendo as práticas tradicionais de conservação, reprodução das sementes próprias e produção diversificada; visando atender as necessidades de consumo da família com o envolvimento de homens e mulheres nas atividades produtivas. Paralelamente os programas que visam superar as situações de pobreza no contexto da agricultura familiar acabam desestimulando as ações potencializadoras da produção, incentivando o agricultor e sua família a suprir suas necessidades de consumo alimentares com benefícios sociais emitidos em

reais, o que não estimula os agricultores mais jovens a realizarem sua produção autonomamente, vinculando a sua própria força de trabalho a geração de rendas.

Além das políticas públicas fragmentadas somam-se problemas de irregularidades climáticas, degradação dos solos, comprometimento dos recursos hídricos com contaminações urbanas industriais e agrícolas, perda da agrobiodiversidade, padrões tecnológicos intensivos em energia e degradação das condições de trabalho pelo uso intensivo de agrotóxicos comprometendo a saúde dos trabalhadores rurais e a alimentação saudável.

Em especial para o Nordeste brasileiro os esforços das políticas públicas têm o desafio de buscar formas de agriculturas sustentáveis. Isto implica em contribuir para a redução das desigualdades sociais do campo que coaduna com a proposta de uma reestruturação fundiária que visa introduzir práticas de ordenamento do uso do solo de acordo com a conservação e a sua aptidão, incluindo as áreas de reservas legais e o respeito às áreas de APP, tendo como meta fundamental planejar o uso da terra respeitando as bacias hidrográficas, os tributários dos grandes rios, a formação dos veios de água e sua conservação e a capacidade retenção de água no sistema, para prevenções para suprir as necessidades em momentos de escassez.

A discussão aqui apresentada aponta também sobre mecanismos que visa consolidar a agricultura familiar a organização e para emergir seus produtos valorizados e competitivos nos mercados, sendo os produtores protagonistas do processo. Para isso, dentre outros aspectos vislumbra-se a necessidades das lideranças promoverem processos participativos que se realimentam primando pelo debate e pela prática do envolvimento comunitário, formação de grupos em temas estratégicos e resolvendo possíveis conflitos nas tomadas de decisão.

Enfim é preciso conhecer as realidades diferenciadas dos assentados rurais, incentivar a formação de grupos organizados (cooperativas/associações/redes de trocas solidárias) e incluir políticas que garantam a soberania alimentar, gerando políticas públicas que favoreçam a agricultura familiar, garantindo a capacitação, crédito e assistência técnica, de forma a promover a agroecologia. A presente tipificação dos sistemas de produção é parte integrante do projeto de pesquisa e extensão financiada pelo CNPq/MDA titulado *Diagnóstico participativo, caracterização e conservação das sementes crioulas e fortalecimento das redes de trocas solidárias nos Assentamentos do Território Sul Sergipano*. O trabalho teve como objetivo conhecer a realidade socioeconômica dos assentados, realizando a tipificação dos sistemas de produção para compreender as diferenciações sociais dos assentados, suas estratégias produtivas e os limites para sua afirmação produtiva, bem como subsidiar as ações de extensão participativa.

## **2. MATERIAL E MÉTODOS**

O Território da Cidadania Sul Sergipano, SE tem uma população rural de 125.414, sendo que são 1.256 famílias assentadas. No presente diagnóstico foram envolvidos os assentamentos São Francisco e São Roque (em Cristinápolis); Caio Prado, Rosa Luxemburgo, Luiza Mahin, Onalicio Araujo Barros, 17 de Abril, Paulo Freire II, Bispo Dom Helder Câmara e Geraldo Garcia, (em Estância). Nesses assentamentos com um total de 371 estabelecimentos foram aplicados 231 questionários visando a tipificação dos sistemas de produção, identificando as características que diferenciam os agricultores familiares assentados.

Foram realizadas reuniões de apresentação e consulta do projeto, devolução de dados e problematização da realidade, com convite estendido para todos os assentados. A participação nas reuniões oscilou de 90% a 40% conforme a disposição a participação coletiva de cada familiar. Dois técnicos agrícolas acompanharam as atividades de produção fazendo de uma a três visitas nos lotes individuais, o que qualificou a base de dados de tipificação dos sistemas de produção. Conforme Miguel (1999) a escolha das unidades de produção a serem estudadas pode ser aleatória e o tamanho da amostra é variável e fortemente dependente da diversidade de sistemas de produção encontrados no caso estudado (MIGUEL, 1999).

A metodologia de caracterização dos sistemas de produção esta coadunada com a proposta desenvolvida pelos franceses Dufumier (1996) Brossier (1987), Mazoyer e Roudart (2010), entre outros pesquisadores que foram realizando adequações para o estudo da realidade brasileira. Os sistemas de produção são definidos como o modo de exploração do empreendimento rural que resulta na combinação das culturas e criações limitadas pela disponibilidade dos fatores de produção, tais como: força de trabalho, tecnologia, superfície agrícola e capital (MIGUEL, 1999). O objetivo é buscar na diversidade as similares entre os empreendedores rurais visando compreender sua dinâmica de funcionamento para auxiliar os agricultores e os projetos de desenvolvimento, em especial nas

ações de extensão. Compreender as ações de extensão significa que os agricultores familiares não são um todo homogêneo, a diversidade no processo produtivo reflete diferentes condições ambientais, sociais, culturais e dos meios de produção disponíveis, bem como os objetivos da família em relação ao sistema produtivo.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **3.1 CARACTERÍSTICAS DE RENDA E TRABALHO DOS ASSENTAMENTOS**

A consolidação da condição do agricultor familiar assentado depende da definição de projetos produtivos viáveis para as condições agroecológicas disponíveis, dedicação ao trabalho dos membros da família, organização frente ao mercado e subsídios para os investimentos iniciais. Estes enfrentamentos são desafios mais facilmente superados com o apoio dos agentes de desenvolvimento que se posicionam de modo a realizar uma ação participativa, que prima pela autonomia e a organização ativa dos assentados. Na fase inicial de estabelecimentos os assentados ficam vinculados aos programas de benefícios sociais, habitação e investimento inicial para constituir pomares, hortas e iniciar a produção das culturas/criações no lote grande visando mercados. Porém, os vínculos de trabalho anteriores não são imediatamente rompidos no assentamento, membros da família continuam exercendo atividades agrícolas ou não, fora do estabelecimento, geralmente vendendo dias de trabalho. Fica o dilema entre as necessidades imediatas de subsistência da família e o investimento necessário para se afirmar na condição de produtor rural, rompendo com as relações de proletarização da sua condição anterior a luta pela terra. Este dilema se acentua no período de verão para os assentados que não possuem sistemas de irrigação em funcionamento.

Do total de 231 famílias de assentadas entrevistadas (21%) ainda dependem de renda (principal ou complementar a agrícola) provenientes de serviços prestados fora do assentamento em atividades agrícolas, industriais ou outros. Os dados também denotam forte presença da renda proveniente da aposentadoria (23%) e dos benefícios sociais (34%). Isto significa que 79% dos assentados rurais estudados ainda estão distantes de se consolidarem enquanto agricultores familiares. Somente 22% dos entrevistados obtém renda principal proveniente do seu próprio estabelecimento.

Entre os benefícios sociais o Programa Bolsa Família (PBF) é a principal fonte de complementação de renda deste assentados, faz parte do Plano Brasil Sem Miséria e está destinado aquelas famílias em condições de pobreza que possuem renda mensal abaixo de R\$ 70,00. Os valores dos benefícios pagos pelo Programa Bolsa Família variam de acordo as características de cada família em termos de: renda mensal da família por pessoa, o número de crianças e adolescentes de até 17 anos, de gestantes, nutrízes e de elementos da família. São 5 tipos de benefícios: básico no valor de R\$ 70,00; variável no valor de R\$ 32 para cada filho de 0 à 15 anos (contemplando até 5 filhos); variável no valor de R\$ 38 a até dois adolescentes entre 16 e 17 anos; variável de caráter extraordinário concedido para famílias migradas de programas remanescentes ao PBF. Em Sergipe também há o Mão Amiga, foi implantado em 2009 e beneficia trabalhadores das culturas da laranja e da cana-de-açúcar. Os beneficiários recebem R\$ 190 mensais durante os períodos de entressafra - de dezembro a fevereiro no caso da laranja, e de maio a agosto no caso da cana. Este programa dá suporte as empresas patronais que mantém oscilações na oferta de emprego agrícola e se constitui numa política de estado que incentiva a manutenção esta relação de subordinação entre agricultores familiares e patronais.

Estes benefícios fragmentados (aposentarias rurais, bolsa família, mão amiga, ajuda familiar e outros) refletem a disjunção das políticas sociais com as políticas produtivas, conforme analisa Sabourin (2009b), Farbe e Burte (2007). Os programas sociais priorizados como política de redução das situações de pobreza do campo, não trazem respostas para o real fortalecimento dos agricultores familiares, no que se refere a capitalização do empreendimento produtivo resultante de projetos de produção que veiculam a diversidade alimentar característica da agricultura familiar, a competitividade em relação ao agronegócio e mesmo sua independência. Ao contrario restringem a questão econômica ao simples acesso das populações rurais aos objetos de consumo (SABOURIN, 2009a), não influenciam na melhoria dos níveis salariais pagos aos trabalhadores rurais ou na inversão necessária para dar as condições diferenciadas em qualidade na educação, saúde, infraestrutura, água potável e saneamento, e as reais necessidades alimentares e de consumo das famílias rurais (FABRE; BURTE, 2007).

Porém, pelo caráter de transferência de renda e de direitos sociais, os programas de previdência social e aposentadoria não podem deixar de ser considerados como uma forma de reciprocidade generalizada (por consistir em uma relação de compartilhamento em que cada um doa a alguns

parceiros e recebe de outros) (SABOURIN, 2009b). A política pública busca justiça e equidade, através da transferência de rendas pelo Estado e este caráter se mostra necessário entre os assentados, em especial na fase inicial de estruturação, em que a base produtiva é pouco significativa e os empregos agrícolas oscilam em termos de oferta de emprego no estado devido à sazonalidade das culturas de laranja e cana-de-açúcar.

A questão ainda sem resposta é como superar esta dependência dos benefícios sociais, como ter uma política que substitua a dependência de inversões mensais e diretas dos cofres públicos, que torna as pessoas reféns dos incentivos e, inclusive, eleitoralmente dependentes.

As políticas públicas de um modo geral se configuram sem fortalecer a própria identidade da agricultura familiar constituída pela diversidade produtiva, gestão e coordenação do trabalho pelos membros da família e suas estratégias de reprodução social: "o que ocorreu foi a fragilização dos agricultores, não foram capazes de exercer verdadeiro processo de apoio e de estímulo à agricultura familiar regional." (CONTERATO, GAZOLLA, SCHENEIDER, 2007).

Quando se analisa a dedicação dos membros da família ao estabelecimento, denota-se o desinteresse dos filhos e filhas mais jovens em executar trabalhos agrícolas, apesar das mães serem mais ativas. Foi inexpressiva a participação destes jovens nas reuniões e nas atividades de plantio (realizadas nos lotes pelo grupo de pesquisa e extensão). É importante destacar a forte presença das mulheres de mais de 30 anos na condução dos estabelecimentos e na participação nos projetos. Também é comum mulheres cadastradas no INCRA como as detentoras da posse da terra. Esta estratégia revela que os homens ficam com a atribuição de buscar rendas (permanentes e temporárias) em outras atividades urbanas ou rurais.

Ao analisar a dedicação ao trabalho, na pesquisa categorizamos em unidade de trabalho homem (UTH), que representa quantas pessoas da família se dedicam a atividade agrícola durante o ano. Em 43% dos estabelecimentos há uma dedicação inferior a uma UTH, ou seja o somatório da(s) pessoa(s) dedicada(s) ao lote preenche a jornada diária de até 8 horas trabalhadas na terra, o que restringe as possibilidades de gerar renda agrícola para o mercado. Isto se agrava ao fato do trabalho ser realizado por meio de instrumentos manuais (enxadas, foices e facão), sendo esporádico o aluguel de trator para o preparo da área. São estas as famílias compostas por aposentados, trabalhadores sazonais e/ou prestadores de serviços rurais ou urbanos. Os estabelecimentos que possuem de 1,1 a 2 UTH, correspondem a 25% , revelando neste grupo maiores possibilidades quanto a viabilidade do cultivo do lote. Os estabelecimentos com mais de 2 UTH correspondem a 30,7 % do total dos entrevistados, nele estão incluídos os estabelecimentos que estão com a renda agrícola mais significativa em valores mensais de R\$ 1.200,00 a R\$ 2.000,00 superior aquelas provenientes dos benefícios sociais. Quanto a idade dos responsáveis pelos estabelecimentos há o predomínio (43%) de assentados com faixa de idade de 18 à 40 anos, 25% na faixa de 40 e 60 anos e 32% dos assentados tem idade acima de 60 anos de idade. Este indicador é salutar e indica a importância de se traçar uma política que viabilize economicamente o assentado, através de agregação do valor aos produtos gerados, em especial para as frutas, hortaliças e mandioca, assistência técnica permanente e competente, mercados diversificados e política de crédito que levam a ampliação capacidade de investimento do agricultor.

Entre as medidas salutar para a agricultura familiar, que a diferencia dos agricultores patronais, estão às práticas de alternatividade que consiste nas diferentes estratégias utilizadas pelo agricultor quanto ao destino do produto, ora visando o consumo interno como alimento para a família ou para os animais, ora para o mercado (GARCIA Jr., 1983). As variações quanto a esta estratégia estão condicionadas a preços, preferências do consumidor e facilidade de obtenção dos produtos alimentares e outras necessidades no mercado de consumo.

Esta orientação para o autoconsumo visa reduzir necessidades financeiras em espécie e a quantidade produzida está condicionada as demandas de consumo na unidade de produção (tamanho da família) e a posse de fatores de produção como sementes e adubo, terra e força de trabalho. Os produtos de autoconsumo podem ser comercializados em situações em que se gera uma colheita acima das expectativas ou quando há necessidades financeiras, levando-se ao subconsumo na unidade de produção (LOVISOLO, 1989). No caso dos assentamentos esta estratégia é bastante evidenciada no milho cujo objetivo de consumo está restrito as festas juninas, mas nem sempre o que é produzido atende as necessidades de consumo das aves (alimento proteico mais presente na base alimentar regional). Os níveis tecnológicos aplicados para a cultura do milho não garante produtividades e eficiência para atender as exigências de mercado e toda a demanda do consumo dos animais, assim o agricultor opta pela compra no mercado ao invés da autosuficiência interna, visando não ter custos de produção com insumos externos. A não dependência de insumos externos lhe confere relativa

autonomia quanto aos níveis tecnológicos adotados e incluso com redução dos custos de produção (GAZOLLA, 2009). Já a macaxeira e a mandioca aceita baixos investimentos em insumos químicos, é realizada com mudas próprias e adubação orgânica. Além disso, pode ser utilizada para fazer farinha e diversos derivados ou consumida in natura, dependendo das necessidades e do êxito obtido pela mandioca cultivada, considerando que a farinha de mandioca está sempre presente na mesa e tem ótima aceitação no mercado local. Esta base alimentar é a que permanece nos assentamentos, a despeito dos outros alimentos industrializados (massas, biscoitos, carne vermelha, chocolates e refrigerantes) que tem comprometido a diversificação da agricultura familiar e a alimentação saudável dos agricultores. Também se observa a baixa dedicação aos animais, ficando restritas a galinhas caipiras criadas soltas e/ou em sistema de semiconfinamento, geralmente destinadas ao consumo. Alguns poucos possuem cavalo e jegues utilizados como meio de transporte. O ovino, cabras e o gado leiteiro também são raros, sendo estes itens pouco utilizados na alimentação.

## 2.2 TIPIFICAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO

O diferencial entre os assentados se dá pelas estratégias adotadas nos primeiros anos de constituição, pois no início do assentamento praticamente não há diferenças patentes no capital inicial disponível entre os assentados. Com a conquista da terra o assentado rural passa a enfrentar o desafio de se estabelecer enquanto produtor autônomo o que implica em determinação para romper com as relações de proletarização que os levam a venda de serviços para terceiros. Nos dois primeiros anos de constituição as culturas de mercado são restritas e o tempo para gerar uma escala de produção depende de projetos viáveis para que os membros da família possam se dedicar integralmente. Com base nas visitas das famílias e nos lotes individuais os sistemas de produção foram caracterizados tendo como critérios: 1) procedência da renda (agricultura, benefícios sociais, outros serviços); 2) número de pessoas que se dedicam a agricultura no estabelecimento; 3) relação de produção – alternatividade consumo e mercado. Com base nestes critérios foram categorizados os seguintes tipos de sistemas de produção: aposentadoria/autoconsumo (SP1), aposentadoria/alternatividade (SP2), autoconsumo/ benefícios sociais (SP3) e autônomos (SP4).

O Sistema de Produção Aposentadoria/Autoconsumo (SP1) se caracteriza por apresentar a aposentadoria como a fonte mais significativa de renda da família, sendo que a agricultura realizada está restrita a atender parte das necessidades de consumo interno. A renda mensal varia de R\$ 622,00 à R\$ 1244,00 (com predomínio de uma aposentadoria por família). Neste caso não foi contabilizado em reais os produtos agrícolas destinados ao autoconsumo e há que se considerar que o agricultor aposentado ainda realiza atividades produtivas, porém com restrições quanto ao ritmo e intensidade do trabalho. Quando há somente um casal residindo, as horas trabalhadas na agricultura correspondem ao máximo de uma pessoa diária durante o ano (até 1 UTH). A aposentaria é fundamental quando o assentamento está em fase inicial de formação ou ainda não obteve um projeto viável de produção, daí o fato de mesmo havendo 2 UTH no estabelecimento, este não ser suficiente para obter resultados produtivos que suplantem o autoconsumo. Esta situação é evidenciada nos assentamentos que enfrentam dificuldades para a conquista de mercados aos seus produtos e também devido aos níveis de produtividade falhos tendo em vista a falta de capital para investir e ampliar a produção. De modo geral a produção no estabelecimento está restrita a alguns itens de consumo, tais como: macaxeira, mandioca, quiabo, maxixe, couve, temperos verdes, algumas medicinais e frutíferas. A diversidade e o volume de produção gerado não chega a atender ao conjunto de necessidades para subsistência da família, caracterizando a significativa entrada de itens alimentares industrializados.

O Sistema de Produção Aposentadoria/Alternatividade (SP2) se caracteriza por apresentar renda proveniente da previdência social como predominante, mas existe uma produção que complementa a renda. A renda mensal varia de R\$800,00 à R\$1.600,00. O diferencial deste sistema em relação ao SP1 é a composição da família, com situações de até 3 UTH no estabelecimento. As culturas que eles se dedicam atendem alternativamente o mercado e o autoconsumo, em especial para as culturas de mandioca, macaxeira e inhame. Já o coco, maracujá e laranja são exclusivos ao mercado, variando conforme a região mais propensa a produção. A venda destes produtos se dá no mercado local, em feiras, com ou sem atravessadores, podendo em alguns casos haver processamento em farinha de mandioca e/ou comidas típicas derivadas (como pé de moleque, biju, tapioca, puba e outros). Alguns casos estão vinculados aos programas de produção de hortaliças, mas em fase de estabilização tendo em vista o caráter recente destas adesões. A renda proveniente da comercialização de produtos agrícolas geralmente não suplanta os valores obtidos pela aposentadoria, em especial

quando o casal é contemplado com o benefício. No que tange ao autoconsumo ocorre a mesma lógica do sistema de produção SP1 em termos de diversidade, intensidade e volume de produção, não sendo suficiente para gerar uma independência da aquisição de produtos do mercado.

O sistema de produção Alternatividade/Benefícios sociais (SP3) tem predomínio de recursos nos programas de assistência social do Governo Federal e Estadual (bolsa família, mão amiga e outros auxílios) com renda mensal variando entre R\$200,00 à R\$900,00 conforme os tipos de inclusão baseados na composição e faixa etária dos membros da família. As pessoas que se dedicam a família variam de menos de 1 a 2 UTH. Esta dependência intrínseca dos programas sociais revela que os assentamentos, em especial os mais recentes, estão com restrições quanto à efetiva estruturação no estabelecimento, notadamente não encontrando possibilidades de gerar rendas estáveis de produtos agrícolas provenientes do trabalho familiar. Isto se observa também quando são quantificadas as rendas provenientes da agricultura, sendo de baixa significância os assentados que obtêm rendas agrícolas superiores a um salário mínimo. Nos casos em que os assentados estão aderindo a projetos de produção (Produção Agroecológica Integrada Sustentada/SEBRAE, Agrofloresta/Petrobrás, Programa de Aquisição de Alimentos/MDA e Sementes da Terra/ IFS) se observa dificuldades quanto à manutenção da irrigação e a captação de água. Isto impede que os agricultores que acessam os programas e deem continuidade, em especial no período de verão. A opção mais viável fica para horticultura e os programas mais recentes, opção que alguns poucos estão se inserindo.

Esse quadro não se altera significativamente nos assentamentos que possuem entre quinze a vinte anos de fundação, ao contrário se estrutura numa dinâmica em que um dos membros acaba se mantendo permanentemente fora do estabelecimento, em empregos fixos ou temporários, rurais ou urbanos. Neste caso há os assentados que podem estar complementando a renda na colheita da cana-de-açúcar ou da laranja, conforme a proximidade do assentamento em relação às grandes lavouras. Mais recentemente esta oferta de trabalho tem sido complementada com os benefícios do Programa Mão Amiga, que tem despertado o interesse do assentado em ser trabalhador na colheita da cana e da laranja.

O Sistema de Produção Autonomia/Mercado (SP4) representa os estabelecimentos que apresentam renda da agricultura, variando de R\$1.200,00 a R\$ 2.300,00. O diferencial deste sistema é a composição da família, com situações de até 5 UTH dedicadas para culturas comerciais. As culturas que se dedicam atendem alternativamente o mercado e o autoconsumo, em especial para as culturas de mandioca, macaxeira e inhame. Já o coco, maracujá e laranja são exclusivos, variando conforme a região mais propensa a produção. A venda destes produtos se dá no mercado local, em feiras, com ou sem atravessadores, podendo em alguns casos haver processamento em farinha de mandioca e/ou comidas típicas derivadas (como pé de moleque, biju, tapioca, puba e outros). Alguns casos estão vinculados aos programas de produção de hortaliças, mas em fase de estabilização tendo em vista o caráter recente destas adesões.

## CONCLUSÕES

As políticas sociais não tem apontado indícios para resolver os problemas estruturais enfrentados pelos assentados tais como: o contínuo aumento da dependência de rendas fora dos estabelecimentos, a necessidade de vender força de trabalho em condições degradantes, o desgaste da organização coletiva de produção e comercialização e a ausência de formação para a gerência do próprio negócio. Além disso, a despeito de todo o debate para a agricultura de base ecológica, se perpetuam modelos de produção baseados na simplificação e artificialização dos ecossistemas, degradação dos solos, queimadas, desmatamentos e o comprometimento da qualidade e quantidade dos recursos hídricos. O desgaste da organização coletiva é resultado da inoperância das entidades que atuam na mobilização social, o aparelhamento dos movimentos sociais, que comprometeram a organização autônoma, a independência das organizações e a formação de lideranças engajadas. Com base nesta constatação decorrente de um ano de ações integradas de pesquisa e extensão se conclui que:

- 1) As famílias dos agricultores assentados analisados que ainda não possuem rendas agrícolas significativas dependem dos benefícios sociais e das aposentadorias para se manter nos assentamentos. Porém, estes rendimentos geralmente não são suficientes para gerar capacidade de investimento na produção. Nos assentamentos com mais de cinco anos os projetos tiveram êxitos pouco expressivos, e mesmo gerou casos de endividamento.

- 2) As culturas agrícolas que estão mais presentes na formação de renda agrícola é o coco, laranja, maracujá, mandioca, macaxeira, amendoim e, mais recentemente, as hortaliças. Os programas mais importantes para a comercialização e a garantia de preços é o PAA. Estas fazem parte dos SP4 e tem como referencial rendas acima de dois salários mínimos provenientes da agricultura, apresentando maior dedicação integral dos membros da família (variando de 2 a até 5 UTH).
- 3) A base de produção alimentar é restrita aos itens que fazem parte da cultura regional macaxeira e mandioca, batata, cebolinha, coentro, pimenta, quiabo, maxixe e inhame. Quanto às criações animais, incluindo o gado leiteiro é pouco expressivo entre as famílias, com exceção das aves e ovinos. Esta baixa diversidade aliado ao pouco interesse pela produção de alimentos para o consumo é mais acentuada entre os membros jovens da família e tem refletido em poucas opções quanto a biodiversidade e a continuidade dos filhos na condição de agricultores familiares autônomos, ideal buscado pelos pais quando do engajamento na conquista pela terra.

As dificuldades de investimento refletem na ampliação da produção e a continuidade na execução dos projetos de produção em particular para os meses de verão, o que implica em implantar e manter os sistemas de irrigação em funcionamento e demais possibilidades de investimento produtivo proporcionada por sementes adaptadas, bases ecológicas de produção, práticas de conservação do solo e da água visando estabilizar os sistemas para as propostas de diferenciação dos produtos e a alimentação saudável.

A situação socioeconômica aqui traçada retrata desafios quanto à afirmação do agricultor familiar, tendo em vista que a dedicação no lote conquistado é reduzida, prejudicada pela premência de realizar trabalhos fora do estabelecimento. Isto também limita a sua inserção em projetos que exigem do agricultor dedicação integral ao lote, como forma de contrapartida aos investimentos invertidos pelas políticas de crédito, de assistência técnica e as demandas produtivas dos programas. As estratégias da extensão rural participativa precisam construir conjuntamente com os atores sociais respostas efetivas que sirvam de contraponto as políticas paliativas e que impedem o desenvolvimento autônomo dos assentados rurais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei no 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004.** Disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 03 de julho de 2012

BROSSIER, J. Système et système de production – note sur ces concepts. **Cahiers des Sciences Humaines**, vol. 23, nº3-4, 1987, pp.377-390.

CONTERATO, M.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A dinâmica agrícola de desenvolvimento da agricultura familiar no Alto Uruguai, Rio Grande do Sul: suas metamorfoses e relações locais. In: TONNEAU, Jean Philippe; SABOURIN, Eric. **Agricultura Familiar**. Interação entre Políticas Públicas e Dinâmicas locais. Por to Alegre: Ed. UFRGS: Ramiro Barcelos, 2007, pp 13-53.

DUFUMIER, M. **Les Projets de Développement Agricole**. Paris: Éditions Karthala - CTA, 354p. 1996.

FABRE, N.; BURTE, J. Porque fracassam as políticas públicas de apoio á agricultura familiar no vale do Forquilha (Quixeramobim, Ceará). In: TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. **Agricultura Familiar**. Interação entre Políticas Públicas e Dinâmicas locais. Por to Alegre: Ed. UFRGS: Ramiro Barcelos, 2007, pp 13-53.

GAZOLLA, M. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. 2. Ed. Porto Alegre: Ed da UFRGS, 2009. pp. 85 – 105.

GARCIA JR, A. R. **O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social.** Marco Zero: São Paulo, 1989.

LOVISOLO, H. R. **Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação.** Campinas: Ed da UNICAMP, 1989.

MAZOYER e ROUDART. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea.** São Paulo: Ed. Da UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

MIGUEL, L. de A. A Pesquisa-Desenvolvimento na França e sua contribuição para o estudo do rural. In: SEMINÁRIO SOBRE SISTEMAS DE PRODUÇÃO: CONCEITOS, METODOLOGIAS E APLICAÇÕES. 1999, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPr.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009a.

SABOURIN, E. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: SCHNEIDER, Sergio. **A Diversidade da Agricultura Familiar.** 2. ed . Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009b, pp. 219 -243.

SERGIPE. **LEI N°. 6.697 de 01 de outubro de 2009.** Disponível em <http://www.inclusao.se.gov.br/noticias/55-inclusao-produtiva/1752-governo-paga-3o-parcela-do-programa-mao-amiga-a-trabalhadores-da-laranja>. Acesso em 04 de julho de 2012